

EconomiABC

Análise de Conjuntura



OBSERVATÓRIO ECONÔMICO

Abril/2015

8

Faculdade de Administração e Economia

Ciências Econômicas

EconomiABC

Análise de Conjuntura

Universidade Metodista de São Paulo
Faculdade de Administração e Economia
Curso de Ciências Econômicas
Observatório Econômico

Reitor

Dr. Márcio de Moraes

Diretor da Faculdade de Administração e Economia

Dr. Luciano Venelli Costa

Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas

Ma. Silvia Cristina da Silva Okabayashi

Coordenador de Estudos

Me. Sandro Renato Maskio

Professores

Me. Sebastián A. B. Escobar

Funcionária

Bruna Romualdo Teixeira

www.metodista.br/observatorio-economico

2

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Observatório Econômico ou da Faculdade de Administração e Economia da Universidade Metodista de São Paulo.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

3

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PANORAMA ECONÔMICO	6
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	9
INFLAÇÃO	14
MERCADO DE TRABALHO	17
COMÉRCIO EXTERIOR	20
PIB do Grande ABC: iABC	23
OPINIÃO	26

APRESENTAÇÃO

Aoitava edição do Boletim EconomiABC avalia o índice iABC para o desempenho da economia do Grande ABC em 2014, bem como as expectativas para os próximos meses mediante a mudança na condução da política econômica. O Grande ABC fechou o ano de 2014 com uma perda de mais de 14.000 empregos formais na indústria de transformação e déficit de mais de US\$240 milhões na Balança Comercial, em um cenário marcado pela retração das operações de crédito, estagnação da atividade comercial e elevação da taxa de inflação.

No plano nacional, a reorientação da política econômica com vistas a ajustar as contas públicas e conter a inflação aponta para um cenário de retração em 2015. Mediante tal expectativa, como deverá se comportar a economia do Grande ABC neste ano?

Alunos envolvidos na elaboração do Boletim:

Comércio Exterior

Amanda Silva Godoy
Gustavo Diaz Garcia

Finanças

Geovana Gonçalves Ferreira
Willian Alves de Souza

Inflação

Anne Caroline Silva Oliveira
Dalvino Torquato dos Reis Junior

Mercado de Trabalho

Cristiane Tiemi da Silva Ganaka
Luís Henrique de Moraes Bezerra

Panorama Econômico

Alex Paulo Lopes Nogueira
Bruna Romualdo Teixeira

*Sandro Renato Maskio
Coordenador de Estudos do Observatório Econômico
Universidade Metodista de São Paulo*

5

PANORAMA ECONÔMICO

Os primeiros meses da nova gestão da presidente Dilma Rousseff, eleita sobre a plataforma de que não adotaria medidas econômicas de cunho ortodoxo, trouxe medidas contracionistas para o ajuste de alguns fundamentos macroeconômicos. O texto publicado pelo prof. Júlio Manuel Pires, na coluna Opinião da 5ª edição do Boletim EconomiABC, ao versar sobre dúvidas e perspectivas para a economia brasileira, apontava algumas questões a serem enfrentadas pelo governo, incluindo inflação, contas externas e ajuste fiscal.

As recentes declarações do ministro Joaquim Levy deixam evidente a possibilidade de que o Brasil possa apresentar uma recessão no biênio 2015/2016, o que inevitavelmente levará a um aumento do desemprego. O PIB de 2014 divulgado pelo IBGE apresentou um crescimento de apenas 0,1%, após mudança na metodologia de cálculo.

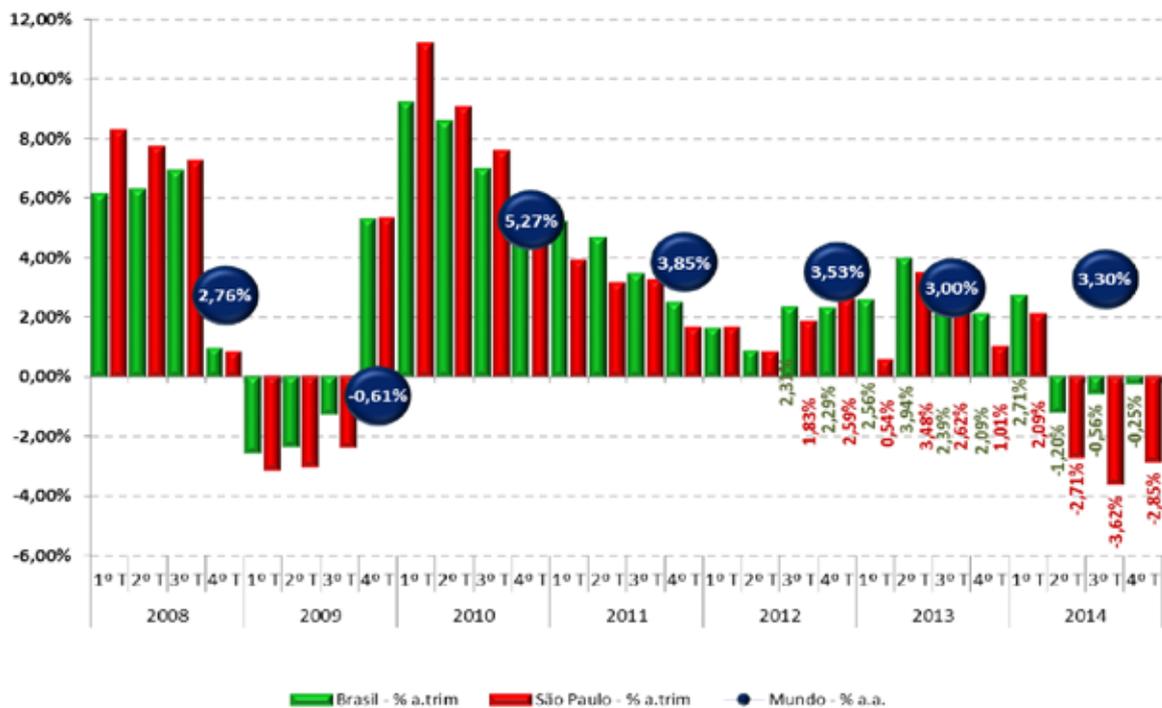
Do lado da demanda, o consumo do Governo foi o principal componente positivo do PIB de 2014 (+1,3%), ao mesmo tempo em que os investimentos diminuíram (-4,4%), o que nos permite observar que a expansão observada nos gastos do governo não foi direcionada aos investimentos. A médio e longo prazo, a redução do nível de investimento se traduz em uma diminuição da capacidade de crescimento econômico, que também ficará comprometida no curto prazo pela atual política de ajuste do governo federal.

Setorialmente, a indústria apresentou uma retração de 1,2% em 2014, afetado tanto pelo esgotamento do modelo econômico voltado para o consumo, como pela taxa de câmbio valorizada. Os setores agropecuário e de serviços cresceram 0,4% e 0,7% respectivamente.

O Estado de São Paulo apresentou uma retração de 1,85% no ano de 2014, frente ao cenário macroeconômico do período, e o impacto negativo provocado pela estiagem. A atividade industrial retraiu 5,3% e o setor agropecuário encolheu 6,3%. O setor comercial foi o que apresentou o melhor comportamento, com uma retração de apenas 0,5%.

6

Crescimento Trimestral do PIB (%) (comparado a igual período do ano anterior)



FONTE: FMI, IBGE e SEADE

Segundo projeções para 2015 da FGV/IBRE, publicadas no Boletim Macro de janeiro deste ano, o PIB deverá crescer 0,3%, com aumento da atividade agropecuária (2,2%), do setor elétrico (2,2%) e também do setor de serviços (0,6%). Por outro lado, o estudo estima que o setor da Construção Civil e o da Indústria de Transformação deverão apresentar desempenhos negativos, de -4,0% e -1,6% respectivamente.

As projeções da FGV/IBRE para a inflação acumulada em 12 meses é de que se manterá, na maior parte de 2015, em torno de 7%. Cabe salientar o grande desafio a ser enfrentado no combate à inflação proveniente do impacto que a alta dos preços administrados como energia e combustíveis deve ter no índice de 2015.

O Boletim Focus do Banco Central da quarta semana de março, que traz a expectativa do mercado referente ao desempenho da economia, projeta uma inflação acumulada de mais de 8%, com uma retração econômica de cerca de 0,83%, para este ano de 2015.

Nas últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (COPOM) houve aumento da meta da taxa básica de juros no Brasil, que atualmente está em 12,75% a.a. Segundo o relatório Focus, o mercado espera que a taxa suba para 13% a.a. neste ano. Atualmente os mecanismos de

crédito ao consumidor apresentam a maior taxa média de juros dos últimos anos. Neste cenário, o ministro da Fazenda Joaquim Levy tem defendido que a taxa de juros de longo prazo (TJLP) também suba, o que afetará o custo dos financiamentos de investimento.

Ainda no setor externo, o Brasil registrou um déficit de US\$ 91,2 bilhões em Transações Correntes, o equivalente a 4,17% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014. Segundo Oreiro, professor da UFRJ, "os números, na avaliação de analistas, são assustadores, porque estão próximos aos níveis apresentados por países em crise. Todas as vezes que o Brasil 'quebrou', os problemas tiveram início na área cambial, com déficits em transações correntes superiores a 4% do volume de riquezas produzidas no país".

Neste período a corrente de comércio exterior diminuiu 5,7% no Brasil, e o déficit da balança comercial aumentou para US\$3,95 milhões. Grande exportador de produtos básicos, estes foram responsáveis por 48,67% das exportações de 2014, tornando o saldo de comércio exterior brasileiro mais dependente dos preços das commodities no mercado internacional e da flutuação da taxa de câmbio.

Nos últimos 12 meses, a taxa de câmbio variou de 2,30 R\$:US\$ para cerca de 3,20 R\$: US\$, uma desvalorização de aproximadamente 40% do Real frente ao Dólar. Grande parte desta variação ocorreu apenas nos primeiros 3 meses deste ano de 2015.

Se de um lado a redução do crescimento da China e o fraco desempenho da economia europeia influenciaram a queda nos preços das commodities, de outro a política monetária dos EUA provocou uma reorientação na movimentação de parte do capital internacional, valorizando o dólar.

Na última edição do Boletim EconomiABC pontuamos que esta movimentação tenderia a desvalorizar ainda mais o Real, refletindo-se negativamente sobre a inflação e pressionando o aumento da taxa básica de juros.

Em relação ao ajuste das contas públicas, o Governo aposta na credibilidade da equipe econômica, principalmente reforçada pelo anúncio mais do que otimista de atingir uma meta de superávit primário para 2015 de 1,2% do PIB, ou seja, R\$66,3 bilhões, com medidas visando o reequilíbrio fiscal, anunciando medidas de impacto, como a modificação das regras de pensão por morte, seguro-desemprego e do abono salarial.

Para o ministro Joaquim Levy, a política econômica anterior impôs um custo insustentável ao Tesouro Nacional, e é necessário agora ajustar a estrutura fiscal do governo e combater a inflação, para que se possa, a partir destas correções, pensar em estímulos ao crescimento.

Neste contexto a economia do Grande ABC também vem refletindo os efeitos deste cenário. Em 2014 o Grande ABC perdeu mais de 14.000 postos de trabalho formais, apresentou um déficit comercial de aproximadamente U\$400 milhões, além de uma estagnação da renda e do volume de operações de crédito.



Como veremos, diante de todos estes fatores, a economia do Grande ABC também apresentou uma retração em 2014, segundo o indicador iABC.

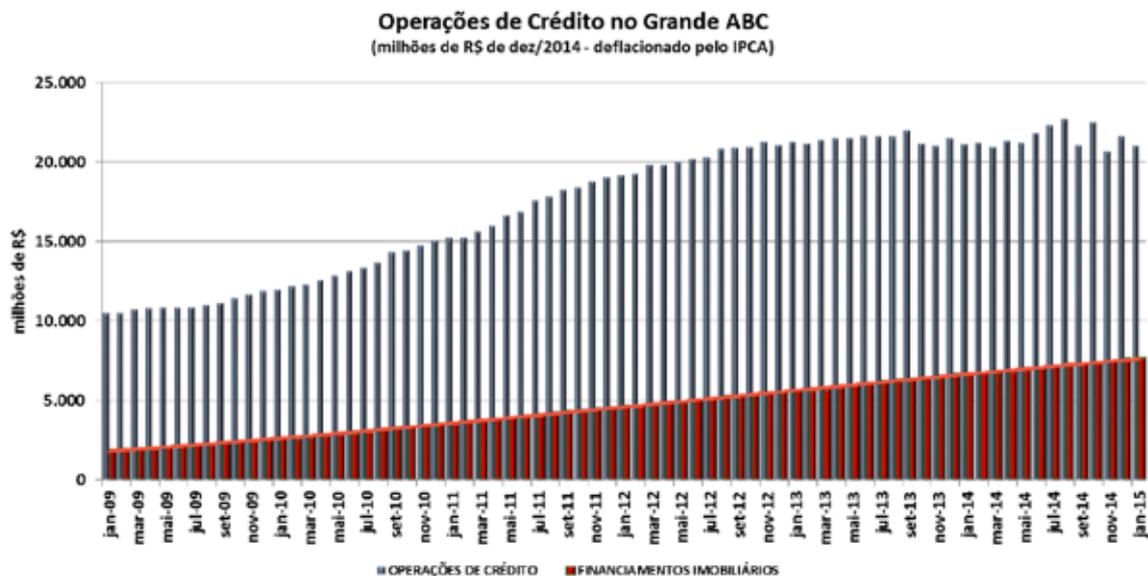
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

A inflação mensurada pelo IPCA/IBGE fechou o ano de 2014 em 6,41%, após ter ficado quase todo o segundo semestre acima do teto da meta almejada pelo Conselho Monetário Nacional, de 6,50% a.a.

Para conseguir fechar o ano dentro da banda superior da política de metas para a inflação, o governo lançou mão de mecanismos ortodoxos. O Banco Central adotou uma política monetária contracionista nos últimos dois anos. A taxa básica de juros aumentou de 7,25% a.a. em dezembro de 2012, para 10% a.a. em dezembro de 2013 e 11,75% a.a. em dezembro de 2014. Se considerarmos o período mais recente, entre outubro de 2014 e março de 2015, a taxa básica de juros aumentou de 11,25% a.a. para 12,75% a.a.

Ao longo do ano de 2014, as operações de crédito no Grande ABC apresentaram retração em 6 dos 12 meses, em relação aos meses imediatamente anteriores. Comparativamente ao ano anterior, o volume médio de operações de crédito apresentou-se estagnado, com uma variação de 0,49%, sendo esta a menor variação dos últimos três anos, quando o crescimento médio superou 15% ao ano.

Esta trajetória é reflexo da política contracionista adotada pelo Banco Central com vistas a conter a inflação. Recentemente o COPOM elevou a meta da taxa Selic para 12,75% em março de 2015. Comparativamente ao ano de 2013, as taxas de juros tanto para as pessoas físicas como para as pessoas jurídicas se elevaram.



Fonte: Banco Central do Brasil

A expansão da taxa básica de juros, como era de se esperar, também impactou sobre o mercado imobiliário. Ao longo do último ano também houve uma desaceleração do volume de operações de crédito imobiliário no Grande ABC, comparado aos anos anteriores. Esta desaceleração já provocou reflexo na queda do número de unidades imobiliárias negociadas, e uma sutil redução no valor médio dos imóveis.

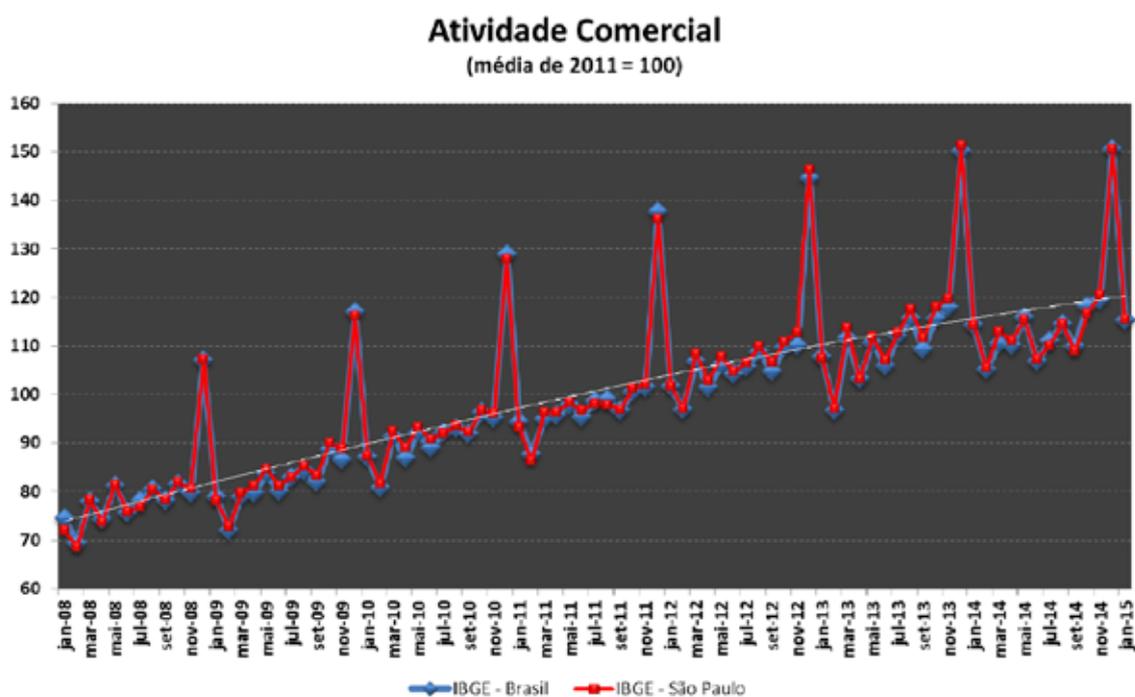
A elevação do custo das operações de crédito refletiu-se sobre a atividade comercial. No acumulado de 2014, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) realizada pelo IBGE, a média do desempenho das vendas no comércio varejista aumentou 2,19% no Brasil, comparado ao mesmo período do ano anterior. Este foi o pior resultado desde 2003, quando houve uma retração na atividade comercial.

No Estado de São Paulo a média do desempenho da atividade comercial cresceu 1,2% no acumulado do ano, comparado a 2013, segundo a mesma pesquisa realizada pelo IBGE.

Quando comparado apenas ao desempenho do mês de dezembro de 2014, sazonalmente caracterizado pelo principal fluxo comercial do ano, houve uma pequena retração em São Paulo.

Além da desaceleração das operações de crédito, contribuíram para este desempenho a desaceleração na geração de empregos, que no Grande ABC provocou uma redução na massa de salários pagos.

Neste período, segundo o indicador de atividade comercial da Serasa Experian, os segmentos que apresentaram o pior desempenho comercial em 2014 foram materiais de construção e o setor de veículos, motos e peças.



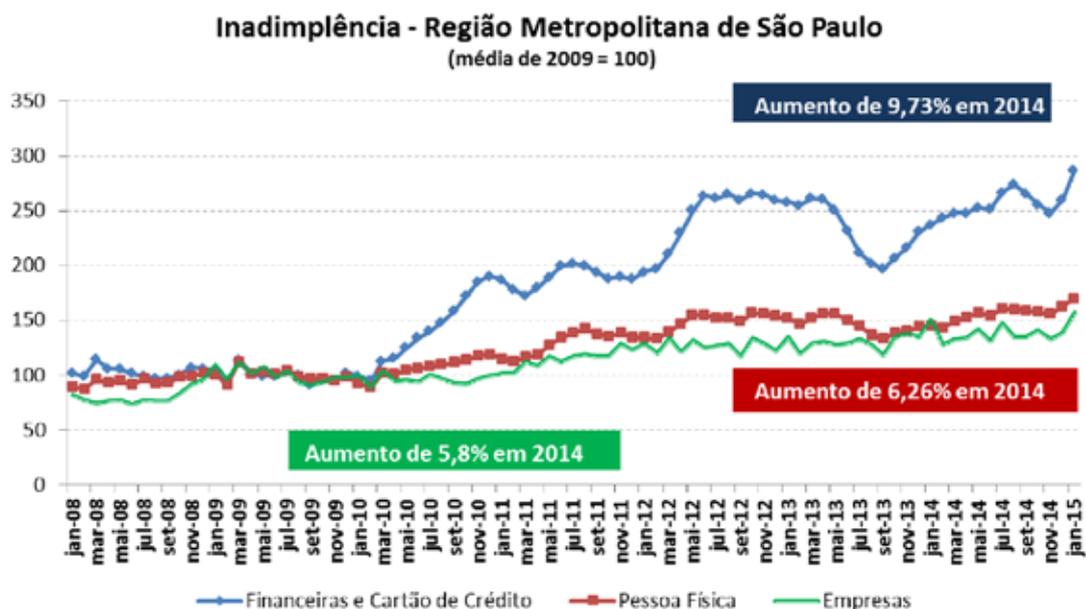
Fonte: IBGE

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região do ABC (PED – ABC) realizada pelo SEADE, em 2014 a massa salarial diminuiu 8,4% na região. Segundo o mesmo instituto, na Região Metropolitana de São Paulo a massa salarial retraiu 3,3% no ano passado.

O encarecimento do custo das operações de crédito contribuiu para sua desaceleração. Segundo a Serasa Experian houve uma redução de 0,5% na demanda por crédito pelos consumidores, exceto no grupo formado pelas famílias com renda entre R\$1.000 e R\$2.000 mensais. Comparativamente a 2013, quando a demanda por crédito pelos consumidores cresceu 1,8%, a principal diferença foi a redução da demanda por crédito das famílias com renda até R\$1.000,00 mensais.

De acordo com a pesquisa de inadimplência da Serasa Experian, a inadimplência aumentou 6,26% junto às pessoas físicas. Neste mesmo período o aumento da inadimplência junto às financeiras e operadoras de cartão de crédito foi de 9,73%.

O endividamento médio das famílias brasileiras correspondia a cerca de 46,21% da renda anual das famílias em dezembro de 2014, e o grau de comprometimento mensal da renda com serviços da dívida cerca de 21,97%, segundo o Banco Central.



FONTE: Banco Central do Brasil

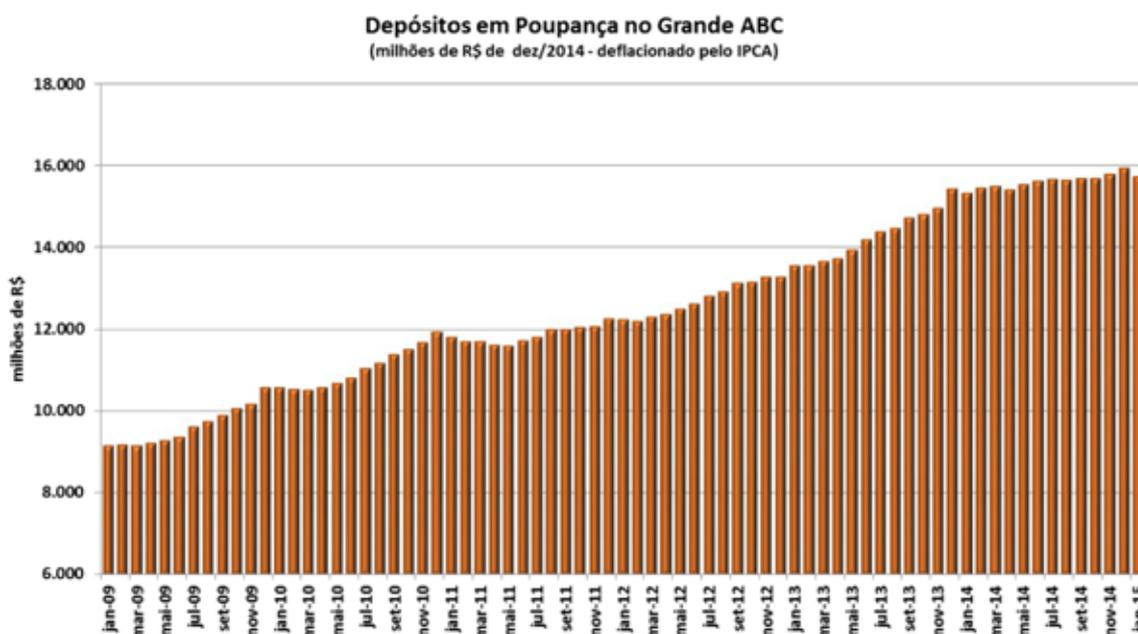
NOTA: variação calculada comparando a média de 2014 e 2013.

As empresas, que representam o setor produtivo, apresentaram uma elevação de 5,8% no nível de inadimplência. A demanda por crédito das empresas aumentou em todas as regiões e em todos os setores, sendo que no total houve um acréscimo de 5,0% neste ano. Somente as empresas médias apresentaram uma redução na demanda por crédito, segundo o indicador da Serasa Experian.

TAXAS DE JUROS (% a.a.)								
	dez/11	dez/12	dez/13	out/14	nov/14	dez/14	jan/15	fev/15
Selic	11,00	7,25	10,00	11,0	11,25	11,75	12,25	12,75
TJLP	6,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,50	5,50
Capital de Giro	20,21	15,05	19,86	21,58	22,02	21,64	22,51	23,23
Cheque Especial	169,60	138,04	148,09	187,98	191,76	200,98	208,71	214,23

FONTE: Banco Central do Brasil

Ainda que num ritmo menor que nos anos anteriores, o saldo dos depósitos de poupança apresentou uma elevação no Grande ABC no ano passado. A queda do salário médio e da massa de salários na região mostra-se como o principal fator explicativo da redução do ritmo de expansão dos depósitos em poupança no Grande ABC.



FONTE: Banco Central do Brasil

INFLAÇÃO

No ano de 2014, a inflação acumulada foi de 6,41%, após alguns meses seguidos em que a inflação acumulada esteve acima do teto da meta de 6,5% a.a. Assim como apontamos na 7ª edição do boletim EconomiABC, apesar da política monetária contracionista adotada, a inflação ficou acima da registrada em 2013 e em 2012.

Além da ortodoxa elevação da taxa de juros, o governo também fez uso de alguns mecanismos heterodoxos para tentar amenizar a inflação. Os principais deles foram o atraso no reajuste de alguns preços administrados, como combustível e energia elétrica, por exemplo, e também, a manutenção de uma taxa de câmbio valorizada, o que beneficiava a importação de bens importados, embora viesse a prejudicar alguns setores produtivos, especialmente na cadeia de bens intermediários.

Nos meses de janeiro a março de 2015, a inflação registrada pelo IPCA/IBGE acumula 3,82%, provocada especialmente pelas primeiras medidas de reajuste dos preços dos combustíveis e energia elétrica, além de pressões que têm sido provocadas pela estiagem em algumas regiões do país.

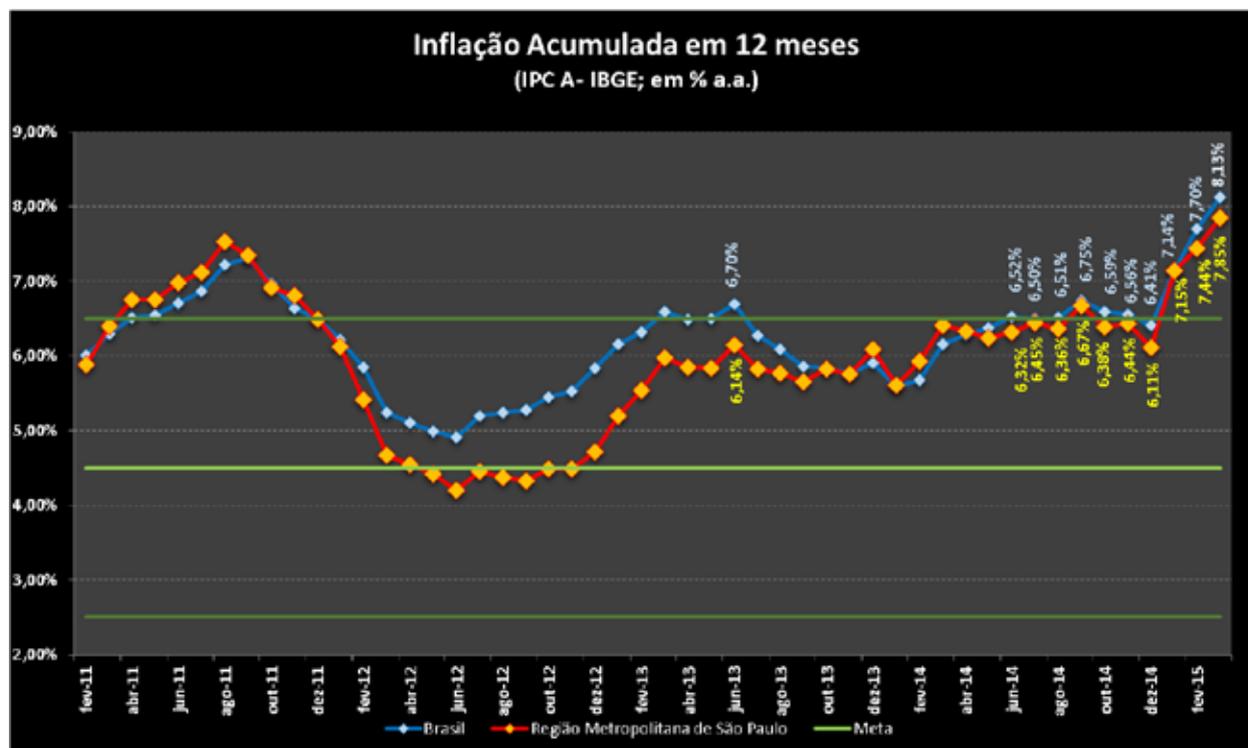
As medidas que vêm sendo adotadas pelo Ministério da Fazenda visam ajustar as contas públicas e conter o ímpeto de expansão inflacionária, cujas necessidades vinham sendo defendidas por vários economistas, incluindo Delfin Neto e Yoshiaki Nakano, conforme pontuamos na edição anterior do Boletim EconomiABC. O próprio ministro Joaquim Levy afirmou mais de uma vez que este ano de 2015 será de ajustes, com possibilidades de apresentar uma retração.

Para além da política fiscal e monetária contracionista adotada pelo governo nestes primeiros meses da nova gestão, não podemos perder de vista que um dos principais desafios para a gestão pública, em especial aos Ministérios do Planejamento e do Desenvolvimento, será traçar uma política de ampliação dos níveis de investimento, que em 2015 ficou em 19,7% do PIB. Quando do lançamento do PAC, o objetivo era fazer a taxa de investimento na economia subir para 25% do PIB. Sem a melhoria do volume e eficácia dos investimentos, não teremos capacidade produtiva para promover um crescimento econômico sustentável, como nos demonstra a atual dificuldade que estamos tendo para produzir energia suficiente para atender toda a demanda.

De um lado isso reforça a tese de alguns analistas de que a persistência de elevados índices de inflação está no diagnóstico incorreto dos fatores que tem pressionado os preços,

14

e que aponta a restrição de oferta de alguns setores como uma das causas da inflação. Do outro, e de forma complementar a observação anterior, mais uma vez estamos tendo a oportunidade de verificar que, sem que haja uma estratégia econômica desenvolvimentista de longo prazo, comprometeremos o progresso da economia e da sociedade, e ficaremos sempre reféns das pressões de curto prazo.



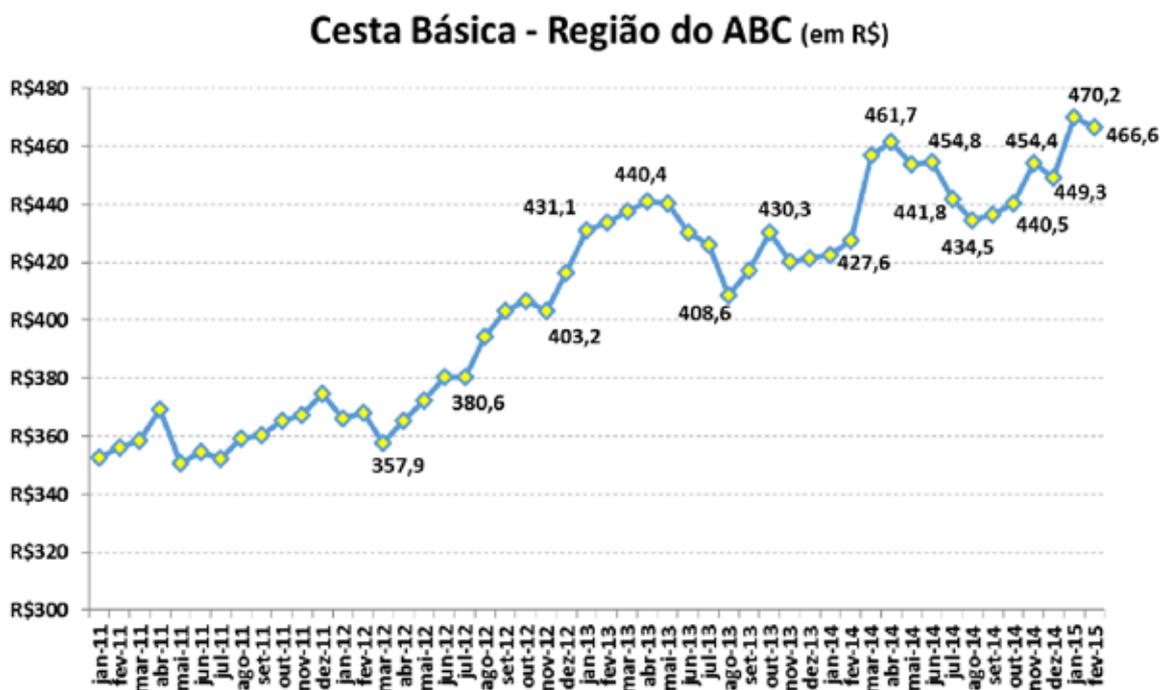
FONTE: IBGE

Na Região Metropolitana de São Paulo a inflação apurada pelo IPCA fechou 2014 com uma inflação de 6,11%. Entretanto, nos primeiros meses de 2015, a inflação acumulada em 12 meses, tanto para o Brasil como para a Região Metropolitana de São Paulo, já ultrapassam 7% a.a.

Os grupos que mais pressionaram a inflação em 2014 foram habitação (8,80%), educação (8,45%), despesas pessoais (8,31%) e alimentação (8,03%), segundo dados IPCA/IBGE. Todos estes segmentos apresentaram inflação acima da meta de 6,5% a.a. Na Região Metropolitana de São Paulo os segmentos que mais pressionaram inflação foram praticamente os mesmos, com a diferença de que os gastos com habitação aumentaram 6,53% na Região, abaixo do observado no plano nacional.

Comparado ao início deste ano de 2014, a cesta básica na região do Grande ABC ficou mais cara, pressionada pelos preços dos alimentos, atingindo o preço recorde desde quando começou a ser apurada pela CRAISA, de R\$ 470,20.

Assim, o preço da cesta básica observado em janeiro de 2015 foi 11,24% maior que o preço apresentado em janeiro de 2014.



Fonte: CRAISA

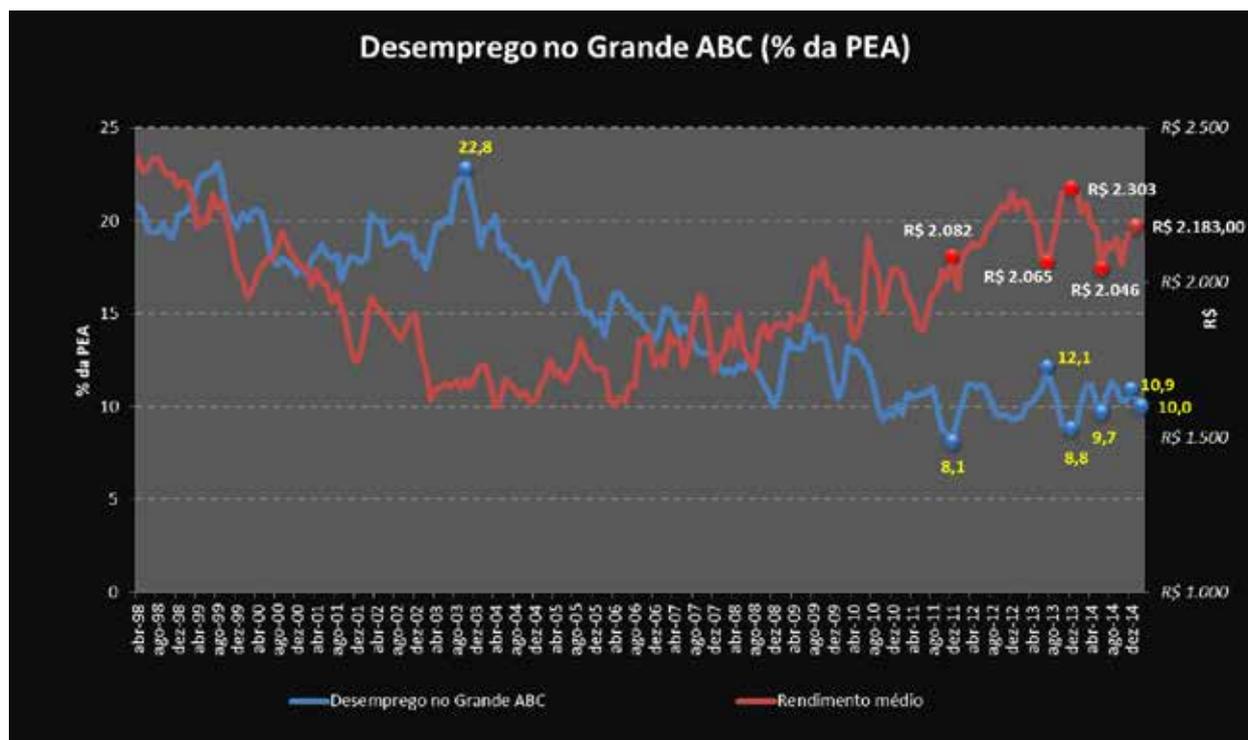
MERCADO DE TRABALHO

No ano de 2014 o Cadastro Geral de Empregos (CAGED) do MTE registrou a geração de 396.993 empregos formais. Este é o menor saldo observado nos quatro anos da 1ª gestão da Dilma, tendo em vista que nos três primeiros anos do governo foram gerados pouco mais de 4,3 milhões de empregos formais, observando-se uma desaceleração a cada ano. Esta desaceleração tem sido gerada de um lado pelo baixo crescimento da economia.

A rigidez da oferta de mão de obra, em especial com algum grau de qualificação, assim como a redução da taxa de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) e a elevação da idade média de entrada no mercado de trabalho, têm contribuído para manter baixa a taxa de desemprego. Em dezembro de 2014, a taxa de desemprego aberto apurada pelo IBGE foi de 4,3% da PEA, semelhante a dezembro de 2013, mesmo tendo sido perdidos pouco mais de 163 mil empregos na indústria de transformação no país, e outros 106 mil no setor de construção civil.

O Grande ABC registrou perda de empregos formais em 2014, sendo que somente a indústria de transformação perdeu mais de 14.500 postos, e a construção civil mais de 1.150 postos, segundo dados do CAGED/MTE. Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Grande ABC realizada pelo SEADE apontam uma perda mais intensa de postos de trabalho, considerando todo o mercado de trabalho e não apenas os empregos formais.

A taxa de desemprego da região medida pelo SEADE, com uma metodologia diferente da utilizada pelo IBGE, registrou a desocupação de 10,9% da PEA, aproximadamente dois pontos percentuais acima da taxa observada em dezembro de 2013. O salário médio dos trabalhadores ocupados da região reduziu em torno de 5,37%, comparando os salários vigentes em dezembro de 2013 e de 2014.



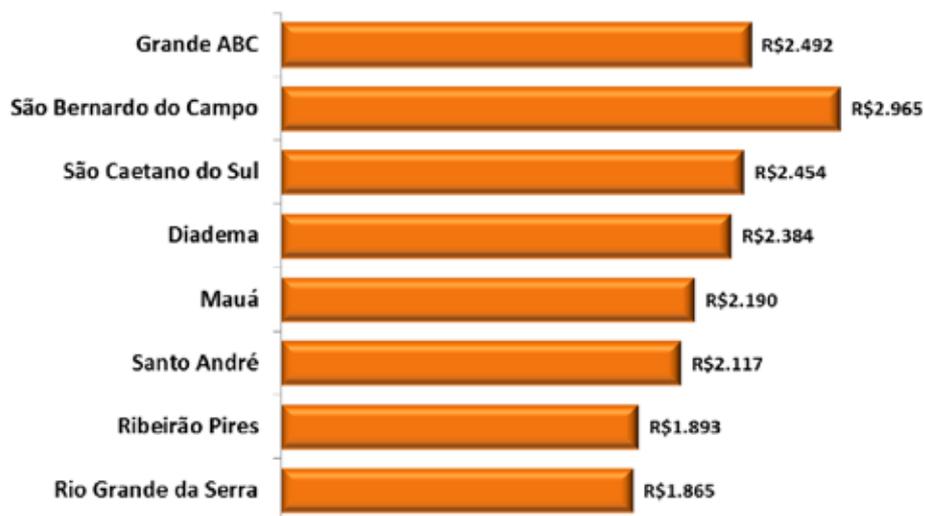
Fonte: SEADE

Comparativamente aos 15 anos anteriores, 2014 foi o ano que correu a maior redução no número de empregos na região, segundo aponta tanto os dados do MTE relativos ao mercado formal de trabalho como os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do SEADE.

O setor industrial foi o mais afetado, em especial o setor metalúrgico. Além da retração do mercado interno, o setor sentiu intensamente a redução nas exportações, provocada entre outros fatores pela crise cambial do nosso principal parceiro comercial, a Argentina. O que contribuiu negativamente para a queda da atividade econômica em algumas cadeias produtivas no setor, com notável reflexo sobre as automobilísticas e sua cadeia produtiva.

Os gráficos a seguir apresentam os salários médios estimados no mercado formal de trabalho dos municípios no Grande ABC.

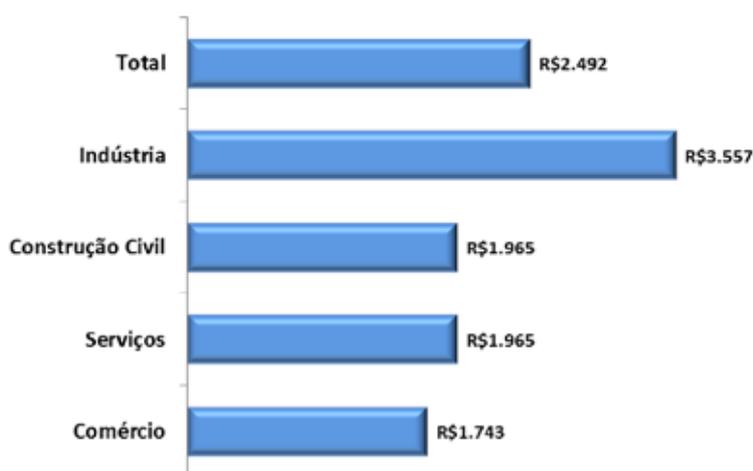
Renda do emprego formal - Dez / 2014



Fonte: CAGED / RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

Mesmo enfrentando uma situação adversa, os municípios que abrigam montadoras apresentam o maior salário médio da região, sendo eles São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Isto se dá não só pela geração de valor adicionado destas empresas mas, também, pela dinâmica econômica que promovem de forma direta junto aos seus fornecedores, estando alguns situados na própria região do Grande ABC, e de forma indireta sobre os demais setores acionados pela massa salarial dos trabalhadores.

Renda do Emprego Formal no GABC - Dez / 2014



Fonte: CAGED / RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

Apesar da perda de empregos no setor industrial, este continua a proporcionar os melhores salários setorialmente, dada sua maior capacidade de gerar valor adicionado comparativamente aos demais setores.

COMÉRCIO EXTERIOR

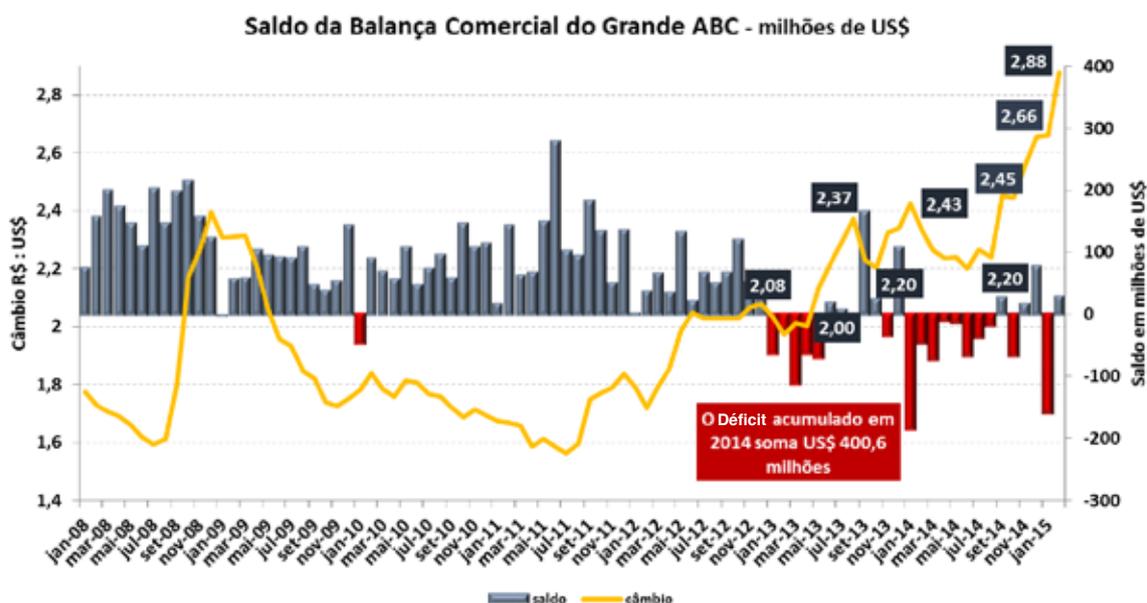
O Grande ABC fechou 2014 com um déficit de aproximadamente US\$400 milhões. Este resultado é pior dos últimos 15 anos. O resultado só não foi pior em função dos resultados superavitários dos meses de setembro, novembro e dezembro, que somaram pouco mais de US\$124 milhões, tendo sido registrados déficits nos demais meses.

A Balança Comercial Brasileira também apresentou déficit de US\$3.959 milhões, findando um período de 13 anos de superávit comercial. Desde 1998, quando a âncora cambial estabelecia uma taxa de câmbio supervalorizada, não se observava um déficit desta magnitude na região.

Além da taxa de câmbio, que tem se desvalorizado nos últimos meses, o resultado da Balança Comercial Brasileira tem sido afetada pela redução do ritmo de crescimento dos principais parceiros comerciais brasileiros, dos preços e da demanda por commodities, além da menor competitividade da produção nacional agravada por vários anos de câmbio valorizado.

Da mesma forma que apontamos nas edições anteriores do Boletim EconomiABC, no Grande ABC o déficit se concentra nos bens intermediários (insumos industriais e peças e acessórios para área de transporte), resultado da substituição dos fornecedores locais por importados, para atender as cadeias de produção de bens finais. Esta substituição tem sido possível em função da menor competitividade dos bens produzidos internamente, e pela exposição proporcionada pela valorização da taxa de câmbio.

20



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

O ministro Joaquim Levy defende que a taxa de câmbio deva se desvalorizar. Nos últimos três meses temos assistido a desvalorização do Real e, persistindo a cotação próxima a R\$3,20 por US\$ ao longo do ano, sentiremos o efeito desta sobre o fluxo de comércio exterior. Com o Real mais desvalorizado, a tendência é que os produtos nacionais se tornem mais competitivos no cenário internacional, ao mesmo tempo em que os bens importados ficarão mais caros no mercado nacional.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC			
Janeiro - Dezembro de 2014			
	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
	US\$ FOB	US\$ FOB	US\$ FOB
BENS DE CAPITAL	1.477.086.479	1.265.490.506	211.595.973
Equip. Transporte de Uso Industrial	1.195.098.846	1.261.263.113	(66.164.267)
Bens de Capital (exceto o anterior)	281.987.633	4.227.393	277.760.240
BENS DE CONSUMO	771.097.034	413.736.935	357.360.099
Duráveis	541.060.816	273.511.148	267.549.668
Não Duráveis	230.036.218	140.225.787	89.810.431
BENS INTERMEDIARIOS	3.025.911.429	4.011.017.319	(985.105.890)
Insumos Industriais	1.156.506.327	1.998.228.979	(841.722.652)
Peças e Acess. de Equipamentos Transp.	1.725.029.373	1.958.298.144	(233.268.771)
Alimentos e Bebidas dest. Industria	1.539.017	47.119.553	(45.580.536)
Bens diversos	142.836.712	7.370.643	135.466.069
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	41.288.707	25.773.528	15.515.179
	-	-	
TOTAL	5.315.383.649	5.716.018.288	(400.634.639)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

O fluxo de comércio exterior retraiu cerca de 20,6% em 2014 na região do Grande ABC, tendo em vista a retração da atividade regional e a lenta evolução do volume de comércio no cenário mundial.

O aumento do déficit comercial foi provocado pela redução de 23,2% nas exportações e de 17,9% nas importações.

Dentre os efeitos provocados pela retração do fluxo comercial do Grande ABC está a redução de empregos, especialmente na indústria, apresentado nos itens anteriores. Estes indicadores, juntamente com a retração do crédito e da massa salarial, ajudam a explicar o processo de retração no Grande ABC em 2014.

Conforme pontuamos na última edição, um dos principais desafios à economia do Grande ABC será estimular a atividade produtiva das indústrias. Em um ano que deverá ser marcado pelos ajustes, em que o mercado interno deverá manter-se estagnado, uma das expectativas é que a desvalorização do Real amplie a inserção da produção local no mercado externo.

Além das medidas de ajuste que vêm sendo adotadas pela equipe econômica do governo, focadas na correção de alguns desequilíbrios de curto prazo, será fundamental iniciar um programa de planejamento e estímulo a investimentos com foco no longo prazo.

PIB do Grande ABC: iABC

Nas edições 4 e 5 do Boletim EconomiABC divulgamos que nos anos de 2011 e 2012 a economia do Grande ABC apresentaria uma recessão de 1,3% e de 5,7%, respectivamente. Os dados oficiais apresentados pelo SEADE apresetaram uma retração de 1,08% e de 5,3% respectivamente.

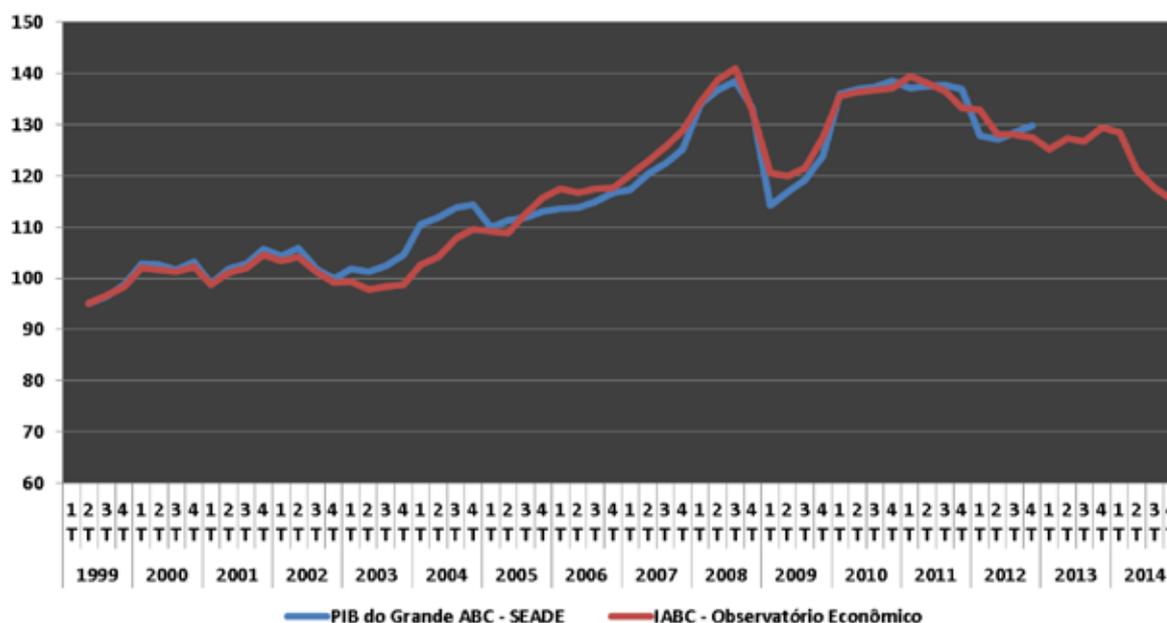
Grande parte deste desempenho negativo, em especial em 2012, se deu em função do comportamento do setor industrial. Em 1999 o setor industrial representava 33,82% do PIB da Região do Grande ABC. Em 2012, a representatividade do setor industrial diminuiu para apenas 28,71% do PIB da Região.

Ainda que não seja de forma direta o principal gerador de riqueza e de empregos, a indústria é reponsável por movimentar grande parte da cadeia de serviços. Ao mesmo tempo, o setor industrial é o principal gerador direto de massa de salários, o que impacta diretamente na atividade comercial. Com estas interações, o desempenho do setor industrial tem um impacto expressivo na economia regional, tanto nos períodos de crescimento como nos períodos de retração.

Tendo em vista a retração da atividade industrial no Grande ABC, a ampliação do déficit na Balança de Comércio Exterior da região, a estagnação do consumo e das operações de crédito, o indicador iABC apontou uma retração no ano de 2014, após a estagnação do ano de 2013.

23

PIB do Grande ABC 2002 = 100



Fonte: Seade e Observatório Econômico

No ano de 2014, segundo dados do CAGED (MTE), o Grande ABC perdeu mais de 14.000 empregos formais, especialmente no setor industrial. Como consequência, a região também apresentou uma redução na massa de salários pagos da ordem de 8,4%, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do SEADE, em função da redução do rendimento médio real e do nível de ocupação.

A Balança Comercial apresentou um déficit de cerca de US\$400 milhões, sendo este 10 vezes superior ao déficit ocorrido no ano passado. O segmento que apresentou maior déficit foi o de insumos industriais, em mais de US\$840 milhões, refletindo a preferência por fornecedores externos. A desvalorização do real, ocorrida nos primeiros três meses deste ano, deverá amenizar esta troca, em favor dos fornecedores locais.

As operações de crédito também demonstram uma estagnação, após vários anos de crescimento, denotando a queda do nível de atividade e da renda, com reflexos negativos sobre a atividade comercial em 2014. Com a atual política monetária restritiva, com ampliação da taxa de juros, em 2015 as operações de crédito deverão se retrair.

Neste cenário o iABC apontou uma retração de aproximadamente 5,09% no ano de 2014, retomando o ciclo recessivo amenizado pela estagnação do ano de 2013.

24

Crescimento Comparado do PIB (% a.a.)			
	Brasil	São Paulo	Grande ABC
2008	5,17	5,90	6,43
2009	-0,33	-0,80	-7,07
2010	7,53	7,90	11,83
2011	2,73	3,00	-1,08
2012	0,87	1,70	-5,30
2013	2,30	1,90*	-0,41*
2014	0,15	-1,90*	-5,09*

Fonte: Seade e Observatório Econômico

* Valores estimados. As estimativas para o Estado de São Paulo são realizadas pelo SEADE. As estimativas para o Grande ABC foram extraídas do modelo preditivo deste trabalho.

Não só em nível regional, mas também no plano nacional, é urgente planejarmos e adotarmos políticas industriais ativas, voltadas a estimular a atividade econômica. É imprescindível a coordenação de políticas nas diferentes esferas, seja para melhorar a eficiência nas alocações dos recursos e esforços, como para ampliar a eficácia das ações de estímulo produtivo.

Que modelo de desenvolvimento e estímulo queremos implementar? Quais ações são viáveis? Em uma perspectiva de longo prazo, é fundamental termos uma estratégia para retenção e atração de investimentos. Nos últimos seis anos, o Grande ABC apresentou um desempenho abaixo do apresentado na esfera nacional e na esfera estadual.

Considerando as estimativas para os anos de 2011 e 2012, o iABC tem demonstrado consistência, tendo como objetivo consolidar-se como instrumento analítico que nos permita avaliar, com uma defasagem de tempo menor, a trajetória da economia regional.

OPINIÃO

Se a economia brasileira pudesse ser comparada a uma viagem de automóvel, diríamos que o ideal seria percorrer uma boa estrada asfaltada, de sorte que tudo transcorresse de forma suave e sem solavancos. Entretanto, não é isso que estamos vivendo. Parece, isto sim, que nossa viagem está sendo feita num veículo primitivo e nossa estrada está repleta de buracos. Que pena!

Estamos cercados de problemas de toda ordem, nossa economia está enfrentando sérias dificuldades, algumas que poderiam ter sido evitadas, outras nem tanto, mas o fato é que estamos numa enrascada.

A produção vem dando sinais de fraqueza, especialmente no campo industrial, fruto de um sucateamento lento e continuado do parque fabril brasileiro que, ao longo dos últimos anos, não se modernizou na velocidade desejada. Isso sem contar com o baixo nível de produtividade, resultado de um grande descaso no que tange à preparação de nossa mão-de-obra.

Aliás, é graças à baixa produtividade que, mesmo com queda no volume total de produção, temos mantido bons níveis de emprego. Entretanto, mesmo o nível de emprego já começa a dar sinais de fraqueza, uma vez que não há economia que se sustente muito tempo com baixa produtividade e salários em ascensão. Mais inflação à vista!

Por outro lado, nossa política cambial mostra que a grande defasagem entre a desvalorização do Real frente ao Dólar Americano, vis-a-vis nossos índices de inflação acumulada no mesmo período, não seria sustentável ao longo dos anos. O resultado dessa conta se vê agora, na medida em que a paridade Real-Dólar tem se modificado rapidamente, carreando mais complicadores para o cenário econômico atual.

Vale lembrar ainda que não se pode dissociar economia de política, tanto isso é verdade que nossa crise atual se confunde entre uma crise econômica e uma crise política, ambas extremamente preocupantes. Isso enseja que, tanto o poder executivo como o Congresso Nacional, têm, nesta quadratura, o dever de buscar soluções harmônicas para os problemas, que não são, em última análise, deste ou daquele partido mas sim do país, como um todo.

O sistema político em que vivemos já se exauriu em si mesmo. É preciso que façamos uma reforma política com muita brevidade para que, juntos busquemos sair desta situação preocupante.

26

Pouco se tem falado sobre a política externa brasileira, que nos últimos anos tem deixado muito a desejar. Não há pragmatismo econômico na busca de novos mercados, por exemplo. Há, isto sim, um forte viés ideológico, que não segue a boa tradição diplomática, na busca do pragmatismo antes citado.

Oxalá o Brasil supere seus problemas e que não nos iludamos com falsas promessas. Não há muito tempo para isso. Quem sabe consigamos sair destas enormes dificuldades econômicas e crise política rapidamente. Enquanto isso clamemos aos céus para que nossos dirigentes encontrem o necessário bom senso e equilíbrio de ações para que o povo brasileiro não sofra mais. Queremos que nosso automóvel viaje tranquilo e firmemente, nos levando a um bom destino.

Prof. Me. Ramon Barazal Alvarez
Economista e Comentarista Econômico



**A serviço do desenvolvimento do Grande ABC.
Patrocine esta iniciativa!**

E-mail: observatorio.economico@metodista.br
Tel: 4366-5035

28